

	UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PROGRAD – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA	
---	---	---

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Edital nº 96/2025

Cargo:	Técnico em Contabilidade	Nível	Código
		D	211

CADERNO DE QUESTÕES INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- Coloque sobre a mesa apenas a Caneta Esferográfica de corpo transparente, nas cores azul ou preta.
- Confira se seus dados pessoais constantes no **CARTÃO DE RESPOSTAS** estão corretos e, caso positivo, leia atentamente as instruções nele contidas. No caso de divergência, notifique imediatamente o Fiscal e solicite a presença do Chefe do Local.
- Confira se recebeu o **CADERNO DE QUESTÕES** referente ao cargo ao qual concorre e se nele contém 65 questões objetivas, sendo 20 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Noções Básicas de Administração Pública e 35 questões de Conhecimentos Específicos. No caso de divergência, notifique imediatamente o Fiscal e solicite a presença do Chefe do Local para que ele proceda a devida substituição no tempo regulamentar previsto para a realização da prova.
- O candidato que não receber o **CADERNO DE QUESTÕES** referente ao cargo ao qual concorre e não solicitar a devida substituição durante o tempo regulamentar de realização da prova, ou solicitar a substituição após ter deixado a sala de sua realização, terá o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** corrigido de acordo com as respostas nele assinaladas.
- Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta.
- No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Sob pena de eliminação do Concurso, não faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico que sirva para consulta ou comunicação.
- O tempo para realização da Prova Objetiva é de, no mínimo, 1h30min (**uma hora e trinta minutos**) e de, no máximo, 4h30min (**quatro horas e trinta minutos**). Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões** faltando 1 (**uma**) hora para o término da prova, com a devida autorização do Fiscal.
- Para preencher o **Cartão de Respostas**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado e com a frase constante desta capa transcrita no Campo apropriado. A não entrega do **Cartão de Respostas** implicará sua eliminação do Concurso.

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO
“EXAME GRAFOTÉCNICO”

Nós somos as nossas escolhas.

Jean-Paul Sartre

Parte I: Língua Portuguesa

Texto 1

Com licença poética

Adélia Prado

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.

- 5 esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
10 ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
15 já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Prado, Adélia. *Bagagem* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Record, 2025. p. 7.

01 Adélia Prado, vencedora do Prêmio Camões 2024, é considerada a maior poeta brasileira da atualidade. No poema “Com licença poética”, a autora afirma: “Cumpro a sina” (Verso 11). De acordo com o texto, “sina” corresponde a

- (A) “esta espécie ainda envergonhada” (Verso 5)
- (B) “Não tão feia que não possa casar” (Verso 8)
- (C) “vai carregar bandeira” (Verso 3)
- (D) “Minha tristeza não tem pedigree” (Verso 14)
- (E) “Vai ser coxo na vida” (Verso 17)

02 O poema de Adélia Prado se assemelha a outro, “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade, que começa assim: “Quando nasci, um anjo torto/Desses que vivem na sombra/Disse: Vai, Carlos,/ser gauche na vida”

(*Antologia poética*, Editora Record, 2021, p. 14).

Nesse caso, o aproveitamento de um texto anterior na construção do atual é considerado

- (A) plágio
- (B) ironia
- (C) intencionalidade
- (D) coesão
- (E) intertextualidade

03 No enunciado “Aceito os subterfúgios que me cabem,...” (Verso 6), a oração sublinhada – “que me cabem” – tem função de

- (A) assinalar uma circunstância
- (B) indicar uma característica
- (C) substituir um pronome
- (D) apresentar uma nominalização
- (E) introduzir uma aposição

Leia o trecho a seguir para responder às questões **04** e **05**:

“acho o Rio de Janeiro uma beleza e ora sim, ora não, creio em parto sem dor.” (Versos 9-10)

04 A frase “acho o Rio de Janeiro uma beleza” apresenta uma estrutura

- (A) de predicado verbo-nominal com predicativo do objeto direto
- (B) de predicado verbal com complemento nominal
- (C) de predicado verbo-nominal com predicativo do sujeito
- (D) de predicado nominal com predicativo do sujeito
- (E) de predicado verbal com objeto indireto

05 Em “Ora sim, ora não, creio em parto sem dor”, a expressão “ora...ora” exprime um valor

- (A) final
- (B) concessivo
- (C) conformativo
- (D) temporal
- (E) condicional

06 A expressão “não tem pedigree”, sublinhada no enunciado “minha tristeza não tem pedigree” (Verso 14), indica que a tristeza da voz poética é:

- (A) nobre, afetada – considerando-se o sentido dado pelo eufemismo.
- (B) herança de família – considerando-se o sentido dado pela metonímia.
- (C) comum, sem distinção – considerando-se o sentido dado pela metáfora.
- (D) desconhecida – considerando-se o sentido dado pela comparação.
- (E) baseada em mentiras – considerando-se o sentido dado pela denotação.

07 No trecho “já a minha vontade de alegria, /sua raiz vai ao meu mil avô” (Versos 15 e 16) —, o emprego da palavra sublinhada (“já”) tem como objetivo orientar discursivamente o enunciado para

- (A) um momento diferente ao de “Vai ser coxo na vida é maldição pra homem” (Verso 17).
- (B) uma condição semelhante à de “minha tristeza” (Verso 14).
- (C) uma informação apenas adicionada à de “sua raiz vai ao meu mil avô” (Verso 16).
- (D) um sentido análogo ao de “Vai ser coxo na vida” (Verso 17).
- (E) uma direção contrária à de “minha tristeza não tem pedigree” (Verso 14).

08 No enunciado “Vai ser coxo na vida é maldição pra homem” (Verso 17), a preposição contraída “pra” é um exemplo de:

- (A) arcaísmo
- (B) anacronismo
- (C) regionalismo
- (D) coloquialidade
- (E) prolixidade

09 No verso “Mulher é desdobrável. Eu sou.”, temos orações classificadas como

- (A) coordenadas.
- (B) absolutas.
- (C) relativas.
- (D) subordinadas.
- (E) principais.

Texto 2

As mulheres e o eterno mas...



MAITENA. *Mulheres Alteradas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. p. 36

10 O título da tirinha “As mulheres e o eterno mas...” sugere uma crítica

- (A) ao suposto hábito recorrente de insatisfação feminina.
- (B) à suposta dificuldade feminina de empregar conjunções variadas.
- (C) ao suposto erro no emprego das conjunções.
- (D) às supostas atitudes das mulheres de antigamente.
- (E) ao suposto fato de as mulheres estarem sempre se divertindo.

11 As reticências que finalizam o título “As mulheres e o eterno mas...” se justificam por

- (A) reproduzir o corte de fala do enunciador por outro personagem.
- (B) assinalar inflexão emocional de entusiasmo.
- (C) indicar uma ideia que vai além do enunciado.
- (D) marcar suspensão provocada por surpresa de quem fala.
- (E) sugerir que o enunciador fala um segredo.

12 A conjunção “mas”, presente em todos os quadrinhos, veicula ideia de

- (A) reforço
- (B) finalidade
- (C) condição
- (D) adição
- (E) oposição

Texto 3

VEJA O MANUAL PRÁTICO DE VIRAR 'MÃE DA SUA MÃE'

Martha Medeiros

Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro “A minha mãe é a minha filha”, de Valter Hugo Mãe. Uma edição minúscula, menos de 50 páginas, que trata sobre a relação do autor com sua progenitora. Minúscula no tamanho, claro, pois o assunto é da maior grandeza.

Minha amiga e eu estamos passando pela mesma situação: nossas mães, que tão bem nos cuidaram na infância e na adolescência, agora precisam segurar na nossa mão para atravessar essa rua assustadora chamada velhice. Valter Hugo Mãe é só doçura em seu texto e faz tudo parecer um piquenique no parque com a matriarca. De fato, que oportunidade fabulosa de ficarmos mais próximos delas e retribuir o tanto que fizeram por nós.

Na prática, porém, é um tsunami, que o digam as mulheres na faixa dos 50 e 60 que tinham outros planos.

Em tese, perfeito: os papéis se invertem, o ciclo se fecha e o amor vence no final.

Ninguém deseja, aos 60 anos, já ter perdido os pais. Quem tem a sorte de ainda tê-los, sabe que eles, depois dos 80, correm riscos atrás de um volante, mal conseguem caminhar sozinhos e a ida ao mercado vira um passeio na selva. Não todos: muitos mantêm-se autônomos, mesmo em idade avançada. Cada pessoa tem seu próprio prazo de validade, e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros. Mas não é a norma.

Dezenas de perguntas nos invadem. Terapeutas, acudam. Amor existe de sobra, mas com pitadas de impaciência, tempero que não é bem-vindo nesta receita. Por enquanto, um elemento tem facilitado a jornada dos Medeiros: o bom humor. Minha família nunca foi de fazer drama. Vamos rindo enquanto dá para rir, e assim todos se ajudam. Talvez esteja aí a beleza do caos: reconhecer que todos os envolvidos precisam de ajuda, e vivenciar a troca de papéis com a leveza necessária, sem ficar apostando em quem vai pirar primeiro.

Disponível em <https://oglobo.globo.com/ela/martha-medeiros/coluna/2025/04/veja-o-manual-pratico-de-vice-mae-da-sua-mae.ghtml>. Acesso em: 07 maio 2025. Fragmento adaptado.

13 Martha Medeiros, autora do texto “Veja o manual prático de virar ‘mãe da sua mãe’”, é uma das melhores cronistas brasileiras da atualidade. Para descrever a relação dos filhos com a velhice das mães, Martha emprega vários recursos linguísticos, dentre os quais

- (A) o objeto direto: “Na prática, porém, é um tsunami (...)” (Linha 17)
- (B) o sujeito indeterminado: “Terapeutas, acudam.” (Linhas 32-33)
- (C) o adjunto adnominal: “(...) nossas mães, que tão bem nos cuidaram na infância e na adolescência, agora precisam segurar na nossa mão (...)” (Linhas 8-10)
- (D) o aposto: “Amor existe de sobra, mas com pitadas de impaciência, tempero que não é bem-vindo nesta receita.” (Linhas 33-35)
- (E) a oração adjetiva: “De fato, que oportunidade fabulosa (...)” (Linhas 13-14)

Leia o trecho para responder às questões **14** e **15**.

“Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe. Uma edição minúscula, menos de 50 páginas, que trata sobre a relação do autor com sua progenitora. Minúscula no tamanho, claro, pois o assunto é da maior grandeza.” (Linhas 1-6)

14 A oração “Ao me visitar”, sublinhada no enunciado “Ao me visitar, uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe” (Linhas 1-3), veicula ideia de

- (A) modo
- (B) tempo
- (C) espaço
- (D) causa
- (E) consequência

15 No trecho, é exemplo de recurso linguístico próprio de retomada coesiva o emprego de

- (A) pronome oblíquo: “Ao me visitar...”, referindo-se à Martha Medeiros.
- (B) pronome possessivo: “...com sua progenitora”, referindo-se a “o livro ‘A minha mãe é a minha filha’”.
- (C) pronome relativo: “...que trata sobre a relação do autor com sua progenitora”, referindo-se a “Uma edição minúscula, menos de 50 páginas”.
- (D) artigo definido: “...o assunto é da maior grandeza”, referindo-se a “assunto”.
- (E) artigo indefinido: “...uma amiga trouxe um vinho e o livro ‘A minha mãe é a minha filha’, de Valter Hugo Mãe”, referindo-se à narradora.

16 Pode-se dizer que o verbo “virar”, em “... e a ida ao mercado vira um passeio na selva” (Linhas 25-26) é

- (A) transitivo direto
- (B) intransitivo
- (C) transitivo indireto
- (D) de ligação
- (E) transitivo direto e indireto

17 São exemplos, respectivamente, de derivação sufixal e regressiva as palavras sublinhadas em:

- (A) “...o assunto é da maior grandeza” (Linha 6) – “os envolvidos precisam de ajuda” (Linhas 40-41)
- (B) “...é um privilégio...” (Linha 29) - “...que trata sobre a relação...” (Linha 4)
- (C) “...faz tudo parecer um piquenique...” (Linhas 12-13) - “Uma edição minúscula...” (Linha 3)
- (D) “...com pitadas de impaciência...” (Linhas 33- 34) – “...tempero que não é bem-vindo...” (Linha 34)
- (E) “...é um tsunami...” (Linha 17) – “...com a leveza necessária...” (Linhas 41-42)

Leia o fragmento seguinte para responder à questão **18**:

“Cada pessoa tem seu próprio prazo de validade, e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros. Mas não é a norma.” (Linhas 28-31)

18 No enunciado “e é um privilégio quando se consegue chegar tão longe sem depender dos outros” (Linhas 29-31), o emprego do “se” indica:

- (A) realce de termo
- (B) reflexividade do sujeito
- (C) indeterminação do sujeito
- (D) passividade do sujeito
- (E) marca de condição

19 Considerando o enunciado “Na prática, porém, é um tsunami...” (Linha 17), assinale a opção em que a troca do conectivo MANTÉM o sentido do texto:

- (A) Na prática, por conseguinte, é um tsunami.
- (B) Na prática, no entanto, é um tsunami.
- (C) Na prática, porquanto, é um tsunami.
- (D) Na prática, consoante, é um tsunami.
- (E) Na prática, portanto, é um tsunami.

20 No enunciado “Vamos rindo enquanto dá para rir,...” (linhas 37-38), a locução verbal “vamos rindo” indica ação

- (A) irrepetível
- (B) finalizada
- (C) hipotética
- (D) possível
- (E) progressiva

Parte II: Noções de Administração Pública

21 Visando a um atendimento de excelência, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de diversos mecanismos para garantir a eficiência e o controle da qualidade do serviço público prestado. Assim, para evitar a morosidade e a ineficiência nos processos, é assegurado ao administrado

- (A) a dilação indevida na resolução dos litígios.
- (B) o retardamento abusivo da prestação jurisdicional.
- (C) a burocratização dos procedimentos no serviço público.
- (D) a celeridade de tramitação apenas dos processos judiciais.
- (E) a razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo.

22 A pluralidade de ideias, o respeito às divergências, a publicidade do exercício do poder e a certeza de que o poder será acessível a todos e exercido de forma precária e transitória, são características do(a)

- (A) cidadão.
- (B) totalitarismo.
- (C) democracia.
- (D) moral.
- (E) ética.

23 Segundo as Regras Deontológicas contidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, ele terá que decidir, principalmente, entre

- (A) o legal e o ilegal.
- (B) o justo e o injusto.
- (C) o conveniente e o inconveniente.
- (D) o oportuno e o inoportuno
- (E) o honesto e o desonesto.

24 Considere que um servidor público da administração autárquica federal, ocupante de cargo público efetivo, tenha sido eleito para um mandato eletivo federal. Nesse caso, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, no exercício do mandato o referido servidor:

- (A) ficará afastado de seu cargo.
- (B) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) receberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (D) será demitido de seu cargo.
- (E) será exonerado de seu cargo, a bem do serviço público.

25 Considerando o que prevê a Constituição Federal acerca dos princípios fundamentais, é correto afirmar que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é

- (A) a defesa da paz.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) a autodeterminação dos povos.

26 Um técnico-administrativo da Universidade Federal Fluminense – UFF, funcionário público de carreira, decidiu intencionalmente atrasar a expedição do diploma de graduação de um aluno da universidade, com a intenção de prejudicá-lo, já que o aluno seria seu desafeto pessoal. Diante do atraso, o estudante teve problemas para assumir o cargo público para o qual havia sido aprovado em concurso público, e por isso decidiu denunciar o caso perante as autoridades. Nessa hipótese, a conduta do funcionário

- (A) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de concussão.
- (B) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de prevaricação.
- (C) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de corrupção passiva.
- (D) é penalmente relevante, podendo configurar o crime de violência arbitrária.
- (E) não tem relevância penal, podendo configurar apenas infração administrativa-disciplinar.

27 Acerca dos atos de improbidade administrativa e a Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei nº 8.429/1992.
- (B) pratica ato de improbidade administrativa o agente público que se omite, fundamentado em interpretação divergente da lei, baseada em jurisprudência não pacificada e minoritária.

- (C) o estagiário de órgão público, sem remuneração, não está inserido na definição de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa.
- (D) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (E) o agente público que ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento comete ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

28 Suponha que um servidor público federal, decida gozar férias de 30 (trinta) dias no mês de dezembro. Nesse caso, segundo a Lei nº 8.112/1990, ele terá direito a receber, além do vencimento, as seguintes vantagens:

- (A) Adicional noturno e ajuda de férias.
- (B) Ajuda de custo e gratificação de férias.
- (C) Gratificação natalina e adicional de férias.
- (D) Indenização de transporte e diárias de férias.
- (E) Décimo terceiro salário e indenização de férias.

29 Um servidor público federal foi acusado de ter praticado o crime de corrupção. Diante disso, contra ele foi ajuizada ação penal no foro competente, bem como foi instaurado processo disciplinar no órgão público onde ele exerce suas funções. É certo que a ação penal teve um trâmite rápido, encerrando-se com a absolvição criminal do servidor com o argumento de inexistência do fato. A ação penal transitou em julgado poucos dias depois, sem recurso das partes. Enquanto isso, o processo disciplinar continuava em andamento.

Em vista dessa situação, é possível dizer que

- (A) o processo disciplinar deve se encerrar, sem punição ao servidor, já que a sua responsabilidade administrativa será afastada, considerando que ele foi absolvido da acusação criminal, que negou a existência do fato.
- (B) o processo disciplinar deve se encerrar, sem punição ao servidor, já que a sua responsabilidade administrativa será afastada, considerando que a absolvição criminal ocorreu em razão da exclusão da culpabilidade do agente pela inimizabilidade do fato.

- (C) há independência entre as instâncias penal e administrativa, devendo o processo disciplinar seguir seu trâmite normal, apesar da absolvição criminal do servidor.
- (D) há independência entre as instâncias penal e administrativa, de modo que a absolvição criminal do servidor não acarretou, necessariamente, influência na esfera administrativa.
- (E) o servidor deveria ser condenado, tanto criminal, como administrativamente, pela corrupção cometida.

30 Sobre o instituto do chamamento público, previsto na Lei nº 13.019/2014 (Parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil), é correto afirmar que

- (A) por sua simplicidade, o chamamento público não exige a publicação de edital.
- (B) a homologação gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.
- (C) é facultativa a justificativa quando for selecionada proposta que não seja a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.
- (D) será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.
- (E) a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias.

Parte III: Conhecimentos Específicos

31 Um dos instrumentos de planejamento público instituído sob a forma de lei ordinária formal, pelo fato de percorrer todo processo legislativo é conhecido como

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) orçamento da previdência social.
- (E) Lei do Orçamento Anual.

32 Os princípios orçamentários são as bases nas quais se deve orientar o processo orçamentário e são impositivos na construção do orçamento público. Nesse sentido, um desses princípios orienta que o montante da despesa autorizada em cada exercício não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período. Esse princípio denomina-se

- (A) unidade.
- (B) totalidade.
- (C) equilíbrio.
- (D) anualidade.
- (E) exclusividade.

33 Tido como o principal instrumento de planejamento orçamentário do Governo Federal, esse instrumento define as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes.

O texto acima faz referência à (ao)

- (A) orçamento previdenciário.
- (B) orçamento das estatais.
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) plano plurianual.
- (E) Lei Orçamentária Anual.

34 A Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de outras, tem por finalidade estabelecer as metas e prioridades para o exercício seguinte.

Além das finalidades elencadas no texto, essa Lei se caracteriza por

- (A) ser apresentada ao Congresso Nacional até 15 de abril.
- (B) ser apresentada ao Poder legislativo até 31 de agosto.
- (C) ser aprovada pelo Senado Federal.
- (D) ser aprovada Pela Câmara dos deputados.
- (E) ter vigência semestral.

35 Sabemos que a despesa orçamentária é dividida em categoria econômica e uma outra categoria, constituída pela sua natureza.

Indique a opção que apresenta uma espécie relacionada à categoria econômica da despesa.

- (A) Pessoal e encargos
- (B) Despesas de capital
- (C) Inversões financeiras
- (D) Juros e encargos da dívida
- (E) Outras despesas correntes

36 Uma das etapas da despesa pública está relacionada ao conjunto de procedimentos necessários para que o setor público possa, entre outras atividades, fazer concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado. Estamos nos referindo a etapa da

- (A) fixação da despesa.
- (B) programação orçamentária.
- (C) descentralização de créditos.
- (D) licitação e contratação.
- (E) programação financeira.

37 O princípio orçamentário da Exclusividade orienta que a Lei Orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. No entanto, constitui-se numa exceção a esse dispositivo, a autorização para a abertura de créditos

- (A) suplementares.
- (B) adicionais.
- (C) especiais.
- (D) extraordinários.
- (E) complementares.

38 A despesa pública, durante seu processo de execução, necessita atender a sequência denominada de estágios da execução da despesa. Esses estágios são conhecidos, respectivamente, como:

- (A) contratação, empenho e liquidação.
- (B) licitação, liquidação e pagamento.
- (C) contratação, empenho e pagamento.
- (D) empenho, liquidação e pagamento.
- (E) licitação, empenho e pagamento.

39 Os Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria, segundo o art. 92 da Lei nº 4.320/64, são dívidas públicas conhecidas como dívidas

- (A) ativas.
- (B) flutuantes.
- (C) escriturais.
- (D) passivas.
- (E) fundadas.

40 As Despesas de Exercícios Anteriores referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento.

A esse respeito, considere os itens:

- I Anulação de empenho à época.
- II Não pagamento por falta de recursos financeiros.
- III Falta de comprovação da execução da despesa.
- IV Não emissão da nota de empenho no momento oportuno.

São motivos para o surgimento de despesas de exercícios anteriores, apenas

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

41 Após adotados todos os procedimentos requeridos na Lei nº 4.320/64, e mesmo assim, o empenho não for pago até 31 de dezembro do exercício financeiro, o crédito será inscrito em Quanto aos empenhos não processados, isto é, aqueles referentes a projetos de convênios ou contratos em plena execução sem o implemento da condição prevista, seu registro contábil ocorrerá nas contas de, evitando, assim, informação enganosa.

Identifique a opção que completa corretamente a sentença.

- (A) contas a pagar – restos a pagar.
- (B) restos a pagar – compensação.
- (C) contingências passivas – restos a pagar.
- (D) obrigações por conta de fornecedores – restos a pagar
- (E) contingências passivas – compensação.

42 A dívida ativa abrange todos os créditos da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas e por não terem sido pagas nas datas em que venceram. As inscrições em dívida ativa, oriundas de autarquias e fundações públicas, serão processadas pelo (a)

- (A) PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- (B) AGU – Advocacia Geral da União.
- (C) MF – Ministério da Fazenda.
- (D) PGR – Procuradoria Geral da República.
- (E) PGF – Procuradoria Geral Federal.

43 Em relação à programação orçamentária da despesa, três tipos de programação devem ser necessariamente utilizados: a qualitativa, a quantitativa e a financeira. Em relação à programação financeira, a (o)..... corresponde a uma classificação possível de ser utilizada.

Identifique essa classificação:

- (A) identificador de uso.
- (B) classificação funcional.
- (C) estrutura programática.
- (D) classificação institucional
- (E) metafísica.

44 A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal foi instituída no ano 2000, vislumbrando um conjunto relevante de objetivos, visando disciplinar a dívida pública, em especial a interna. Dentre seus objetivos, três são considerados principais. Sendo assim, observe os itens a seguir:

- I Responsabilidade na Gestão Fiscal.
- II Disciplinar a Captação de Empréstimos.
- III Adoção de Política Tributária Estável.
- IV Equilíbrio entre Receitas e Despesas.
- V Transparência Fiscal.

Representam esses três objetivos principais:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, IV e V.

45 A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece limites para o gasto com pessoal, em cada ente da Federação. Portanto, a União, os Estados e os Municípios, respectivamente, só poderão comprometer, no máximo, os seguintes percentuais de sua receita corrente líquida:

- (A) 60%, 40% e 50%.
- (B) 50%, 60% e 60%.
- (C) 65%, 50% e 40%.
- (D) 55%, 60% e 60%.
- (E) 50%, 50% e 60%.

46 O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é obrigatório para os Poderes e para o Ministério Público, e deverá ser publicado em até

- (A) 30 dias após o encerramento do trimestre.
- (B) 90 dias após o encerramento do bimestre.
- (C) 45 dias após o encerramento do bimestre.
- (D) 45 dias após o encerramento do trimestre.
- (E) 30 dias após o encerramento do bimestre.

47 Um subsistema de informações, concebido no âmbito da contabilidade pública, tem por objetivo registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações do patrimônio público. Esse subsistema é denominado

- (A) orçamentário.
- (B) custo.
- (C) compensação.
- (D) patrimonial.
- (E) financeiro.

48 Considerando o campo de atuação da Ciência Contábil, analise os aspectos a seguir:

- I Utilizada para relações internas.
- II Adoção obrigatória.
- III A informação busca a essência econômica.
- IV Vinculada à Legislação Tributária.
- V Produto principal – Relatório Gerencial.

Correspondem a um conjunto de aspectos diretamente relacionados à Contabilidade Financeira, apenas

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) III, IV e V.
- (E) IV e V.

49 De modo geral, cada uma das Demonstrações Contábeis objetiva evidenciar um ou outro aspecto relacionado à evolução do patrimônio empresarial. Um desses demonstrativos preocupa-se em apresentar alterações ocorridas nas contas dos proprietários da empresa enquanto o outro preocupa-se em evidenciar como é distribuída a riqueza na sociedade. Sobre o tema, considere os itens a seguir:

- I Balanço Patrimonial.
- II Demonstração do Resultado do Exercício.
- III Mutações do PL.
- IV Valor Adicionado.
- V Fluxos de Caixa.

Referem-se às Demonstrações Contábeis citadas, respectivamente, apenas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) IV e V.
- (E) IV e II.

50 A NBC TG 06 – Arrendamentos (R2), descartou o entendimento do *leasing* ser financeiro ou operacional, para proceder ou não a seu registro no ativo. Agora, a partir da (R2), o pronunciamento determina que

- (A) os contratos de arrendamento não serão mais ativados.
- (B) só serão ativados os contratos com mais de 12 meses.
- (C) mesmo os contratos de baixo valor serão ativados.
- (D) salvo algumas exceções, todos os contratos serão ativados.
- (E) todos os contratos serão contabilizados no resultado.

51 O SPED - Sistema Público de Escrituração Digital se constitui numa iniciativa do governo federal de modernizar, agilizar e garantir a segurança na relação entre o Fisco e os Contribuintes. Nesse sentido, o SPED Contábil, a partir da ECD – Escrituração Contábil Digital, substituiu a (o)

- (A) LIVRO - Diário e Razão.
- (B) DIPJ – Demonstrativo de Imposto Renda PJ.
- (C) DACON – Demonstrativo de Contribuições.
- (D) DCTF – Demonstrativo de Contribuições Federais.
- (E) DIRF – Demonstração de Imposto Retido na Fonte.

52 Algumas empresas costumam evidenciar um valor em seu ativo....., provavelmente por terem adquirido participação societária em algum empreendimento empresarial. Trata-se do “GOODWILL”, que representa o ágio remanescente após o patrimônio da empresa adquirida ser submetido ao valor justo.

O termo que preenche corretamente o espaço vazio do trecho acima é:

- (A) intangível
- (B) imobilizado
- (C) diferido
- (D) investimento
- (E) permanente

53 A apuração do Ganho Por Compra Vantajosa é uma consequência proveniente da aquisição de um investimento em uma empresa considerada controlada ou coligada. Esse elemento, por ocasião de sua apuração, é evidenciado noda escrituração contábil.

O termo que completa corretamente o trecho é:

- (A) imobilizado
- (B) passivo diferido
- (C) resultado do exercício
- (D) ativo diferido
- (E) ativo investimento

54 Um dos indicadores disponíveis na análise da lucratividade tem o objetivo de avaliar o ganho da empresa que efetivamente decorre da atividade operacional em relação a seu faturamento. Esse indicador é denominado

- (A) lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.
- (B) margem bruta.
- (C) margem líquida.
- (D) margem de lucro genuinamente operacional.
- (E) margem operacional líquida.

55 Considere as afirmativas:

- I A correta administração dos recursos de uma empresa pressupõe um adequado “casamento” dos prazos de realização das aplicações dos recursos com os prazos de exigibilidades das fontes financiadoras.
- II Convencionou-se dizer que o Ativo Imobilizado deve ser financiado pelos recursos provenientes do passivo circulante, pelo fato de que esses recursos, provenientes da atividade operacional da empresa, são apropriados para esse tipo de imobilização de recursos.

Sobre essas afirmativas, é certo que

- (A) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (B) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- (C) as duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação uma com a outra.
- (D) as duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- (E) as duas são falsas.

56 De acordo com a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, “o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas” é definido como

- (A) valor líquido contábil.
- (B) valor contábil.
- (C) valor bruto contábil.
- (D) valor residual justo.
- (E) valor depreciável.

57 O Brasil passa por um processo de reforma tributária que, resumidamente, visa implantar o que convencionou-se chamar de IVA-Dual, ou seja, o IBS e a CBS, objetivando buscar maior justiça tributária nas transações. Sobre o tema, considere as características a seguir:

- I Cobrança dos tributos na origem da transação.
- II Implementa a não cumulatividades.
- III Cobrança dos tributos no destino da transação.
- IV Acaba com a cumulatividade.
- V Elimina o IPI.

Caracterizam a Reforma Tributária, apenas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

58 Empresa dedicada à revenda, faz aquisição de um lote de mercadorias provenientes de uma indústria, no valor de R\$ 1.200.000,00. Os tributos incorporados nessa aquisição, são os seguintes:

- 1) PIS/COFINS= R\$ 110.000,00
- 2) ICMS= R\$ 196.000,00.
- 3) IPI= R\$ 120.000,00.

Identifique como serão tratados, respectivamente, os tributos acima mencionados no processo de registro contábil regular da empresa adquirente das mercadorias.

- (A) Tributos a recuperar – Tributos a recuperar – Tributos a recuperar.
- (B) Tributos a recuperar – Tributos antecipados – Tributos a recuperar.
- (C) Estoque – Estoque – Tributos antecipados.
- (D) Tributos antecipados -Estoque – Tributos a recuperar.
- (E) Tributos a recuperar – Tributos a recuperar – Estoques.

59 A opção pelo Lucro Real pode ser feita adotando-se a modalidade trimestral ou a modalidade anual. A adoção de uma ou outra modalidade, apresenta diferentes aspectos de preparação. Em relação à opção pela modalidade anual, a empresa fica sujeita a (à)

- (A) recolher o PIS e a COFINS pelo regime cumulativo.
- (B) impossibilidade de compensar prejuízos fiscais.
- (C) levantar mensalmente balancete de redução/suspensão.

- (D) recolher o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo.
- (E) recolher mensalmente, de forma definitiva, o IRPJ e CSLL.

60 Dentre as diversas receitas auferidas num determinado trimestre por um posto de combustíveis, a receita de venda de álcool apresentou o valor de R\$ 5.200.000,00.

Sabendo-se que esse posto é optante pela tributação pelo Lucro Presumido, identifique o valor do IRPJ e da CSLL, respectivamente:

- (A) R\$ 12.480,00 – R\$ 43.200,00.
- (B) R\$ 14.800,00 – R\$ 56.160,00.
- (C) R\$ 62.400,00 – R\$ 74.880,00.
- (D) R\$ 14.800,00 – R\$ 43.200,00.
- (E) R\$ 117.000,00 – R\$ 99.840,00.

61 Analise as assertivas a seguir:

- I As empresas que optam pelo Lucro Presumido podem distribuir lucros para seus sócios e acionistas sem tributação, pois a distribuição de dividendos é considerada rendimento isento. No entanto, essa distribuição isenta de IR, está limitada ao lucro presumido do período,
- II A distribuição de dividendos baseada em valores acima do Lucro Presumido apurado só estará isenta da tributação, caso a empresa demonstre que o lucro obtido está comprovado através da escrituração contábil completa.

Sobre essas assertivas, é correto afirmar que

- (A) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (B) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- (C) as duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação uma com a outra.
- (D) as duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- (E) as duas são falsas.

62 A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substituiu a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014. Um tipo de pessoa jurídica desobrigada da apresentação da ECF, são as

- (A) empresas imunes e isentas.
- (B) empresas tributadas pelo lucro presumido.
- (C) empresas tributadas pelo lucro arbitrado.
- (D) empresas tributadas pelo lucro real.
- (E) autarquias e fundações públicas.

63 A participação societária pode ser classificada em diferentes tipos. O primeiro tipo é a participação majoritária, onde o investidor detém mais de 50% das ações ou quotas da empresa, conferindo-lhe controle administrativo e decisório. Um outro tipo é o investimento em coligada que se caracteriza pelo fato de o investidor

- (A) deter 20% ou mais do capital votante.
- (B) ter investimento relevante nessa investida.
- (C) ter influência significativa.
- (D) deter 30% ou mais do capital votante.
- (E) ter interesses especulatórios na investida.

64 As aplicações em ações ou quotas de outras sociedades que não se enquadrem em coligadas, controladas ou controle conjunto, são classificadas no ativo de curto ou longo prazos, de acordo com a expectativa de realização. Identifique como as aplicações de longo prazo serão ajustadas ao final do exercício e onde esse ajuste será contabilizado.

Abreviaturas:

MEP – Método de Equivalência Patrimonial.

AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial.

VJ – Valor Justo.

- (A) ajustadas pelo MEP e contabilizadas em AAP.
- (B) ajustadas pelo VJ e contabilizadas em AAP.
- (C) ajustadas pelo VJ e contabilizadas em RESULTADO.
- (D) ajustadas pelo MEP e contabilizadas em RESULTADO.
- (E) por serem de longo prazo não serão ajustadas.

65 Uma empresa controlada tem uma receita de prestação de serviços contra sua controladora. Na consolidação da DRE - Demonstração do Resultado, uma ação é a eliminação dessa receita contra a despesa da controladora.

Para o ISS - Imposto Sobre Serviços, registrado na empresa controlada, será adotado o seguinte procedimento:

- (A) transferência para despesas tributárias da DRE consolidada.
- (B) estorno, a fim de não figurar na DRE consolidada.
- (C) nenhuma ação no processo de Consolidação.
- (D) permanência no grupo de deduções da receita da DRE consolidada.
- (E) transferência para despesa de prestação de serviços da DRE consolidada.

Espaço reservado para rascunho



Espaço reservado para rascunho



Espaço reservado para rascunho